

Redução de Homicídios no Brasil

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
METODOLOGIA DE ANÁLISE	1
RESULTADOS	2
Homicídios no Brasil	2
Óbitos por Arma de Fogo	4
Determinantes da Queda dos Homicídios	8
CONCLUSÕES	12

INTRODUÇÃO

Buscamos neste relatório qualificar a redução da incidência de homicídios no Brasil, observada nestes últimos 3 anos, e discutir os principais fatores relacionados a esta redução. Considerando que grande parte dos homicídios são causados por arma de fogo, centraremos nossa análise na redução dos óbitos por arma de fogo. Neste sentido, abordaremos o efeito do estatuto do desarmamento e das campanhas de recolhimento de armas na redução dos óbitos por arma de fogo e também avaliaremos o impacto do engajamento dos municípios em ações de segurança pública e a respectiva criação de estruturas municipais para atuar nessa área, envolvendo a criação de guardas municipais, secretarias municipais e conselhos municipais de segurança pública, na redução dos óbitos por arma de fogo.

METODOLOGIA DE ANÁLISE

A pesquisa teve como fonte de dados sobre mortalidade os dados do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) da Secretaria de Vigilância em Saúde – Ministério da Saúde. Os códigos da CID 10 utilizados para classificar o evento foram: mortalidade por agressão/homicídio (códigos X85 a Y09), mortalidade por arma de fogo (W32 a W34, X72 a X74, X93 a X95, Y22 a Y24). Neste contexto, os óbitos por arma de fogo dividem-se em acidental, agressão, auto-provocada e de intenção não determinada. As informações sobre a estrutura municipal de segurança pública e os investimentos da SENASP em ações de prevenção nos municípios foram fornecidas pelo Sistema Nacional de Estatísticas de Segurança Pública (SINESP), gerenciado pela Secretaria Nacional de Segurança Pública – Ministério da Justiça. As informações sobre número de armas de fogo coletadas pelos estados foi fornecida pela Polícia Federal¹.

Foi utilizado um tipo de estudo quasi-experimental para avaliar se o estatuto do desarmamento e o recolhimento de armas tiveram impacto sobre a mortalidade por arma de fogo. Para isto foi modelada uma série temporal com regressão linear onde foi testado o melhor ajuste linear possível para os dados semestrais, estimando-se a tendência da mortalidade considerando sua série

¹ Não tivemos informações sobre o resultado do recolhimento de armas na Bahia e Paraíba.

histórica e considerando a intervenção (estatuto e recolhimento de armas). A significância da mudança na série de tempo de mortalidade foi avaliada pelo intervalo de confiança de 95%, comparando-se a mortalidade estimada e seu intervalo de confiança com a observada. Foram utilizadas 16 observações semestrais anteriores ao desarmamento, referentes ao número de óbitos por armas de fogo de 1996-2003 e mais seis observações semestrais posteriores a intervenção (2004-2006). O estatuto do desarmamento e recolhimento de armas foi tomado como indicadores de intervenções que atingiram todo o país simultaneamente, as diferenças percentuais entre os óbitos previstos e os registrados pelo SIM indicam o impacto, positivo ou negativo, do desarmamento. Além disso, foram analisadas as variações do risco de óbito por arma de fogo nos estados e capitais.

Também foram analisados os municípios com ou sem intervenção local, ou seja, existência de projeto municipal para redução da violência. A variável utilizada foi o repasse de recursos federais pela SENASP e a existência de estrutura de segurança pública (ter secretaria de segurança pública, guarda municipal e conselho de segurança municipal) que foram tomados como indicadores da existência de projetos e estrutura municipal para lidar com a área de segurança pública. Para avaliar a associação entre investimento e incremento na estrutura de segurança pública e a redução dos óbitos por arma de fogo nos municípios, foi realizada uma análise longitudinal com estrutura de correlações auto-regressiva de 1a. ordem e o teste foram dados via contraste.

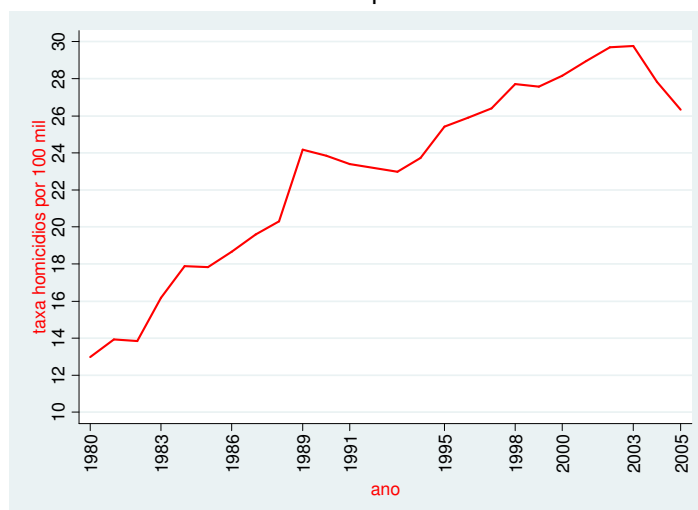
RESULTADOS

Homicídios no Brasil

Os homicídios cresceram no Brasil de maneira contínua de 1980 a 2003. O risco de morte por homicídio no Brasil, em 1980, era de 14 por 100 mil habitantes, atingindo um pico de 28,9 em 2003, ou seja, duas vezes maior. Em 2006 o risco de homicídio foi de 24 por 100 mil habitantes, mostrando **queda de 17%** desde 2003 (Figura 1). Na década de 1980, foram 230.832 homicídios e, na década de 1990, foram 384.461 homicídios. Ainda nos quatro primeiros anos da década de 2000 observamos um incremento no número de vítimas de homicídio e queda em diversos estados a partir de 2003 (Tabela 1). O número máximo de vítimas de homicídio no Brasil foi registrado, em 2003, com 51.043 vítimas, e este número vem reduzindo a cada ano.

Os estados com maior risco de homicídio estão mudando. Pernambuco que era o estado mais violento do país até 2005 já está em segundo no ranking, sendo Alagoas o estado mais violento em 2006, com um crescimento acelerado, tendo praticamente dobrado o risco de homicídio desde 2000 (Tabela 1). Por outro lado, Pernambuco vem tendo um declínio na taxa de homicídio, tendo redução de 10% na taxa entre 2003 e 2006. O estado do Rio de Janeiro que era o segundo do ranking em 2000 passa para quarto lugar em 2006 (Tabela 1).

Figura 1 – Tendência do risco de morte por homicídio no Brasil – 1980 a 2005



Fonte: CGIAE/DASIS/SVS-MS

Tabela 1 – Número de Vítimas de Homicídio e Taxa por 100 mil habitantes Segundo Unidade da Federação (Brasil – 2000/2003/2006)

UF Residência	Taxa Homicídio 2000		Taxa Homicídio 2003		Taxa Homicídio 2006		Ranking 2006
	Homicídio	Taxa	Homicídio	Taxa	Homicídio	Taxa	
Alagoas	727	25,8	1039	35,6	1592	52,2	1
Pernambuco	4290	54,2	4517	55,3	4215	49,6	2
Espírito Santo	1432	46,2	1629	50,1	1699	49,0	3
Rio de Janeiro	7328	50,9	7819	52,6	5992	38,5	4
Amapá	156	32,7	185	34,6	191	31,0	5
Mato Grosso do Sul	650	31,3	705	32,5	658	28,6	6
Rondônia	466	33,8	566	38,9	445	28,5	7
Sergipe	409	22,9	469	25,0	560	28,0	8
Paraná	1779	18,6	2531	25,5	2897	27,9	9
Paraíba	806	13,0	1404	21,4	1945	27,4	10
Distrito Federal	687	33,5	742	33,9	646	27,1	11
Mato Grosso	990	39,5	908	34,2	739	25,9	12
Goiás	1082	21,6	1346	25,4	1298	22,6	13
Bahia	1242	9,5	2164	16,1	3138	22,5	14
Paraíba	507	14,7	615	17,5	807	22,3	15
Acre	106	19,0	147	24,5	152	22,1	16
Amazonas	552	19,6	558	18,4	689	20,8	17
Ceará	1232	16,6	1562	20,1	1677	20,4	18
Minas Gerais	2107	11,8	3865	20,8	3594	18,5	19
Rio Grande do Sul	1664	16,3	1906	18,1	1972	18,0	20
São Paulo	15581	42,1	13901	35,9	7274	17,7	21
Roraima	130	40,1	106	29,7	64	15,9	22
Tocantins	175	15,1	203	16,5	192	14,4	23
Rio Grande do Norte	257	9,3	405	14,0	405	13,3	24
Piauí	230	8,1	298	10,2	402	13,2	25
Maranhão	351	6,2	792	13,5	771	12,5	26
Santa Catarina	424	7,9	661	11,8	649	10,9	27
Brasil	45360	26,7	51043	28,9	44663	23,9	

Fonte: CGIAE/DASIS/SVS-MS

Grande parte das vítimas de homicídio são homens (92%) e estão concentradas entre as pessoas na faixa etária de 15 a 39 anos (79%). O homicídio é atualmente uma importante causa de morte, sendo a terceira causa de morte para homens (Tabela 2).

Tabela 2 - Principais causas de óbito em ordem decrescente para o sexo masculino (Brasil/2005)

Ordem	Causas	Numero de óbitos	Taxa	%
	Todas as causas	582.311	642,2	
1	Doenças isquêmicas do coração	49.128	54,2	9,4
2	Doenças cerebrovasculares	45.180	49,8	8,6
3	Homicídios	43.665	48,2	8,4
4	Acidentes de transporte terrestre	29.294	32,3	5,6
5	Doenças crônicas das vias respiratórias inferiores	21.738	24,0	4,2
6	Influenza e pneumonia	18.390	20,3	3,5
7	Cirroze e outras doenças do fígado	17.694	19,5	3,4
8	Afecções perinatais	17.001	18,8	3,3
9	Diabetes mellitus	17.504	19,3	3,3
10	Insuficiência cardíaca	15.511	17,1	3,0

Fonte.: SVS-MS.

Por fim, cabe destacar que 70% dos homicídios no Brasil, em 2006, foram causados por armas de fogo. Por esta razão, a análise dos fatores causais da redução da incidência de homicídios priorizará os óbitos por armas de fogo.

Óbitos por Arma de Fogo

De 2003 a 2006, a cada semestre observamos uma redução significativa no número de mortos por arma de fogo. Em 2003, morreram 39.325 pessoas por arma de fogo. Em 2004, foram 37.113 óbitos por arma de fogo, em 2005, foram 36.060, e em 2006, foram 34.648 (Tabela 4). Assim, observamos uma queda de 4.677 óbitos entre 2003 e 2006, ou seja, 12% considerando números absolutos. O risco de mortalidade por arma de fogo era de 22 por 100 mil habitantes em 2003, caindo 18% em 2006, passando para 18/100 mil. Se considerarmos os óbitos esperados caso a tendência observada de crescimento permanecesse, teriam ocorrido 45.745 óbitos, em 2006. A redução verificada é ainda mais significativa envolvendo uma **queda de 11.097 óbitos, ou seja, menos 24% de óbitos por arma de fogo em relação ao que se esperava** (Figura 2). **Entre 2003 e 2006, tivemos 23.961 vidas poupadas** em relação a vitimização por arma de fogo (tabela 3).

Figura 2 - Tendência do número de óbitos semestrais por arma de fogo no Brasil
Óbitos observados e óbitos previstos - 1996 a 2005

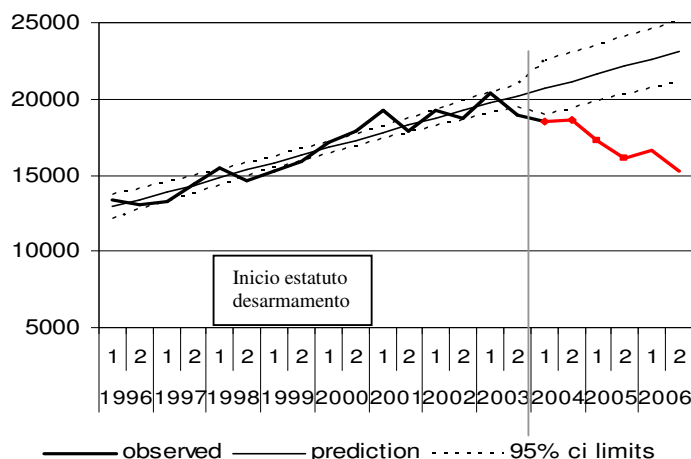


Tabela 3 – Óbitos por arma de fogo observados e previstos – Brasil 2004 e 2006

Brasil	2004			2006		
	observado	previsto	≠ entre obsxprevisto	observado	previsto	≠ entre obsxprevisto
	37113	41859	-4746	34648	45745	-11097

Fonte: CGIAE/DASIS-SVS/MS

Tabela 4 – Variação no Número de Óbitos por arma de fogo segundo ano – Brasil 2002 a 2006

Ano	Óbitos arma de fogo - Brasil	Variação Nº absoluto	Variação %	Taxa /100mil
2002	37.978	-	-	-
2003	39.325	+1.347	+3,5%	22
2004	37.113	-2.212	-5,6%	20
2005	36.060	-1.053	-3,2%	19
2006	34.648	-1412	-4,0%	18
Redução 2003/2006		-4677	-12%	-18%

Fonte: CGIAE/DASIS/SVS-MS

Os óbitos por arma de fogo dividem-se em acidental, homicídio, suicídio, intenção não determinada. Os homicídios apresentaram 11,7% de variação percentual negativa, entre 2003 e 2006 (Tabela 5). A maior redução de óbitos observada foi entre os de intenção indeterminada e suicídios por arma de fogo, que apresentaram uma redução de 19,7% e 19,5%. Os acidentes por arma de fogo apresentaram variação positiva, 36,7%.

Tabela 5 – Óbitos por arma de fogo segundo tipo – Brasil 2003 a 2006

Tipo óbito por arma fogo	2003	2004	2005	2006	Variação % 2003-2006
Acidente	283	201	244	387	+36,7
Homicídio	36115	34187	33419	31907	-11,7

Suicídio	1330	1247	1226	1071	-19,5
Intenção Não Determinada	1597	1478	1171	1283	-19,7
Total	39325	37113	36060	34648	-11,9

Fonte: CGIAE/DASIS-SVS

Tabela 6 – Taxa de mortalidade por arma de fogo, sexo masculino, segundo UF (Brasil - 2003 e 2006)

	2003	2004	2005	2006	Evolução 2003/2006
Rondonia	50,8	46,0	47,7	35,6	-29,9
Acre	20,2	16,2	12,4	14,7	-26,9
Amazonas	11,9	15,3	16,7	22,0	85,2
Roraima	23,0	22,8	17,0	10,2	-55,7
Para	26,2	28,8	33,8	34,5	31,5
Amapa	26,1	25,6	17,4	23,6	-9,4
Tocantins	19,1	16,5	13,2	13,1	-31,5
Maranhao	12,2	12,1	17,1	14,0	14,7
Piaui	11,9	10,8	11,0	13,9	17,2
Ceara	22,7	23,7	25,3	25,9	14,1
R G do Norte	22,3	25,2	26,5	27,2	21,9
Paraiba	26,6	26,2	30,6	34,9	30,9
Pernambuco	92,2	80,6	83,0	79,9	-13,4
Alagoas	52,3	50,7	60,0	83,4	59,4
Sergipe	37,4	31,5	32,3	38,7	3,5
Bahia	32,9	31,9	31,8	34,2	4,1
Minas Gerais	30,3	34,3	32,0	27,0	-11,0
Espirito Santo	70,5	69,1	66,2	69,3	-1,7
Rio de Janeiro	90,1	85,0	80,4	69,9	-22,3
Sao Paulo	50,1	39,7	30,2	25,9	-48,3
Parana	36,1	38,5	39,8	40,1	11,2
Santa Catarina	16,4	14,5	14,4	13,5	-17,8
R G do Sul	30,8	30,8	30,3	30,4	-1,2
M Grosso do Sul	40,4	35,2	31,2	33,4	-17,4
Mato Grosso	43,2	33,6	35,5	30,9	-28,5
Goias	32,8	37,0	34,0	29,2	-11,0
Distrito Federal	51,1	45,9	39,8	35,9	-29,6
BRASIL	42,4	39,4	37,3	35,3	-16,6

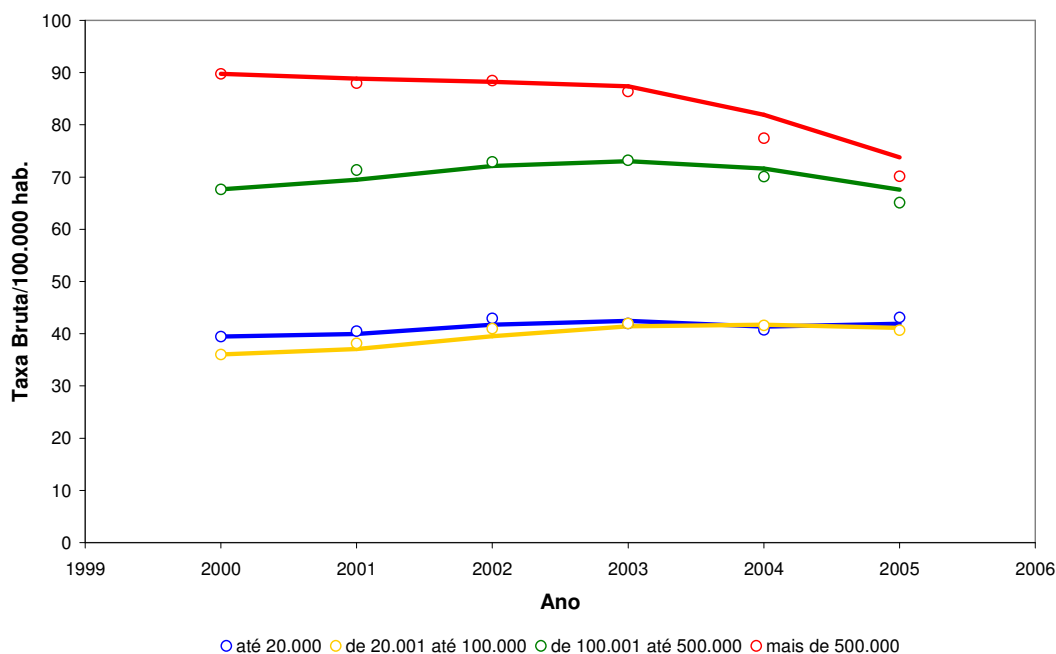
Fonte: CGIAE/DASIS-SVS

A redução do risco de óbito por arma de fogo entre os homens ocorreu em 16 estados brasileiros, entre 2003 e 2006. As maiores reduções foram observadas em Roraima, São Paulo, Tocantins, Rondônia e Distrito Federal. Em 2006, os cinco estados com maior risco de morte de homens por arma de fogo foram Alagoas, Pernambuco, Rio de Janeiro, Espírito Santo e Paraná (Tabela 6). No mesmo ano, os cinco estados com menor risco de morte de homens por arma de fogo foram Roraima, Tocantins, Santa Catarina, Piauí e Maranhão. Apenas Amazonas, Alagoas, Pará, Paraíba, Rio Grande do Norte, Piauí, Maranhão, Ceará, Paraná, Bahia e Sergipe apresentaram aumentos nesse risco.

A incidência dos óbitos por arma de fogo está concentrada principalmente nos grandes centros urbanos. Os municípios com população acima de 500 mil habitantes, em 2004, concentraram 28,7% da população brasileira e 41% dos óbitos por arma de fogo. No mesmo ano, os municípios com população até 100 mil habitantes concentraram 43% da população brasileira e 28% dos óbitos por arma de fogo.

A tendência de redução das taxas brutas de óbitos por arma de fogo passou a ocorrer a partir de 2003 para municípios de portes maiores (Figura 3). Esta redução do risco de óbito por arma de fogo foi maior nos municípios com mais de 500 mil habitantes. Nos municípios com população entre 100 mil e 500 mil habitantes observamos uma pequena redução. Por fim, nos municípios com menos de 20 mil e aqueles com 20 a 100 mil habitantes encontramos risco semelhante e com tendência de estabilidade no período analisado.

Figura 3. Risco de homicídio segundo porte do município. Brasil - 2000 a 2005.



Fonte: CGIAE/DASIS-SVS

Tabela 7 – Taxa de mortalidade por arma de fogo, segundo capitais - 2006

Capitais	Taxa Bruta	Taxa Padronizada	Ranking
Maceió	74,8	75,4	1
Recife	61,0	61,5	2
Vitória	59,3	58,9	3
Belo Horizonte	35,5	35,0	4
Rio de Janeiro	31,7	33,4	5
João Pessoa	32,6	32,8	6
Curitiba	32,4	31,3	7
Salvador	32,8	30,7	8
Natal	28,0	28,2	9
Aracaju	28,3	27,5	10
Porto Alegre	26,6	27,3	11
Porto Velho	25,5	26,0	12
Fortaleza	23,7	24,2	13
Cuiabá	24,9	23,6	14
Belém	23,9	23,1	15
Goiânia	19,4	18,4	16
São Paulo	18,7	18,1	17
Manaus	18,5	17,8	18
Brasília	18,2	17,3	19

Teresina	16,5	16,7	20
Campo Grande	16,9	16,6	21
Florianópolis	16,5	15,8	22
Macapá	14,7	15,1	23
São Luís	10,8	10,8	24
Rio Branco	9,9	10,6	25
Palmas	5,9	5,0	26
Boa Vista	2,4	2,7	27

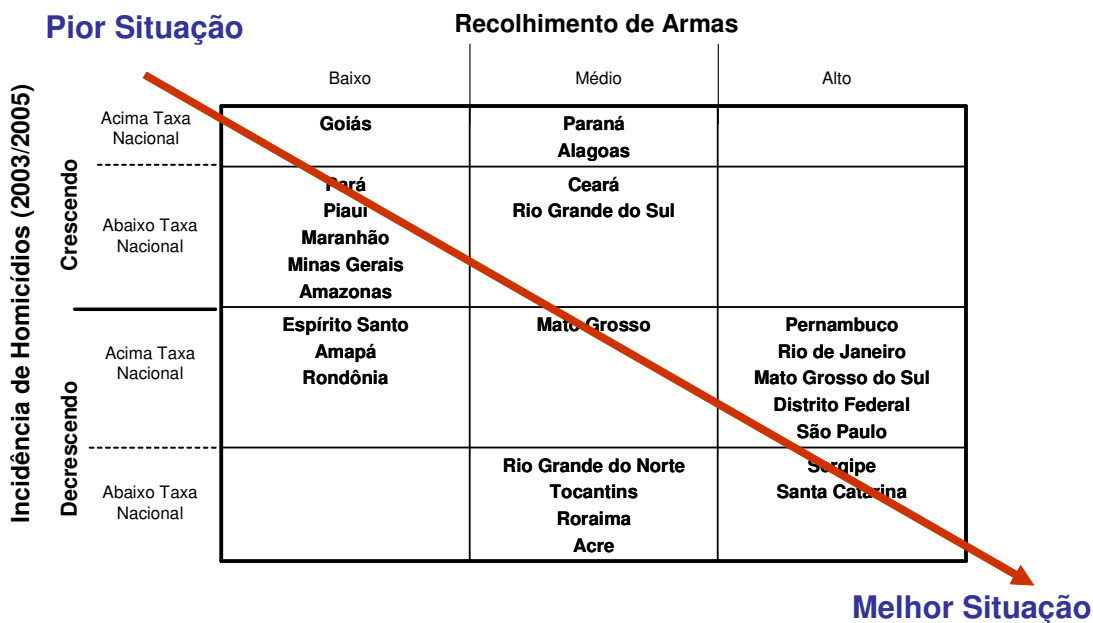
Fonte: CGIAE/DASIS-SVS

Entre as 27 capitais, o ranking mostra uma mudança importante nos últimos 5 anos. São Paulo deixa de estar entre as 10 capitais com maior risco de óbito por arma de fogo, Recife que até 2005 era a capital mais violenta do país vem mostrando queda do risco e passa para a segunda posição. O Rio de Janeiro deixa de ser a terceira capital mais violenta e passa a ser a quinta, cedendo lugar para Belo Horizonte. Maceió passa a ser a capital com maior risco de morte por arma de fogo, Vitória deixa de ser a segunda capital mais violenta, não por queda no risco de morte, mas pelo crescimento acelerado do risco em Maceió.

Chama à atenção a posição de Curitiba, que está na sétima posição, mas tem mostrado crescimento nos últimos anos, a taxa padronizada é próxima a da cidade do Rio de Janeiro e maior que a de São Paulo. Porto Alegre também tem mostrado crescimento no risco de morte por arma de fogo, estando na 11ª posição no ranking, com risco maior que São Paulo.

Determinantes da Queda dos Homicídios

Primeiro fator apontado pelas análises como significativo na redução dos homicídios no Brasil foi o impacto da criação do estatuto do desarmamento e das ações de recolhimento de armas nos óbitos por arma de fogo. Elaborando um quadro para avaliar a associação entre o resultado das atividades de recolhimento de armas nos estados, em termos de número de armas recolhidas, e a situação do risco de vitimização por homicídios nos estados, em termos da posição segundo a taxa brasileira e a evolução entre 2003 e 2005, verificamos que a maior parte dos estados que teve baixo recolhimento de armas são justamente os estados que, apesar de estarem em uma situação relativamente melhor em termos de incidência de homicídios, passaram por uma situação de incremento no risco de mortalidade por homicídio – Pará, Piauí, Maranhão, Minas Gerais e Amazonas. Por outro lado, a maior parte dos estados que teve alto recolhimento de armas são justamente os estados que estavam em uma situação relativamente pior em termos de incidência de homicídios e tiveram uma redução no risco de mortalidade por homicídio – Pernambuco, Rio de Janeiro, Mato Grosso do Sul, Distrito Federal e São Paulo.



A análise apontou também a queda do risco de homicídios nos municípios que receberam recursos financeiros da SENASP, enquanto que os que não receberam recursos apresentam estabilidade nas taxas de homicídio (Figura 4). O mesmo comportamento de redução foi observado em relação a existência de estrutura municipal para atuar na área de segurança pública (Figura 5). Observa-se uma tendência de redução nas taxas de homicídio para os municípios que possuem estrutura para atuar na área de segurança pública, envolvendo a criação de guardas municipais, secretarias municipais e conselhos municipais de segurança pública, e estabilidade das taxas de homicídio para os municípios que não possuem este tipo de estrutura. Cabe destacar que estes dois fatores - investimento de recursos pela SENASP e criação de uma estrutura municipal para lidar com a questão da segurança pública – devem ser vistos como resultando de um mesmo fator: o engajamento dos municípios no enfrentamento do problema da segurança pública. A própria SENASP, não apenas repassa recursos para municípios, mas também difunde a importância dos municípios terem uma estrutura para lidar com a questão. Um dos princípios do Sistema Único de Segurança Pública é estabelecer para os municípios um papel na área de segurança pública complementar às ações de responsabilidade da polícia e se voltando principalmente para a execução de ações de prevenção à violência e criminalidade. A própria existência de uma estrutura no município para lidar com o problema da segurança pública facilita que os recursos repassados pela SENASP sejam bem utilizados.

Figura 4 - Risco de homicídio nos municípios segundo repasse de recursos financeiros. Brasil - 2000 a 2005.

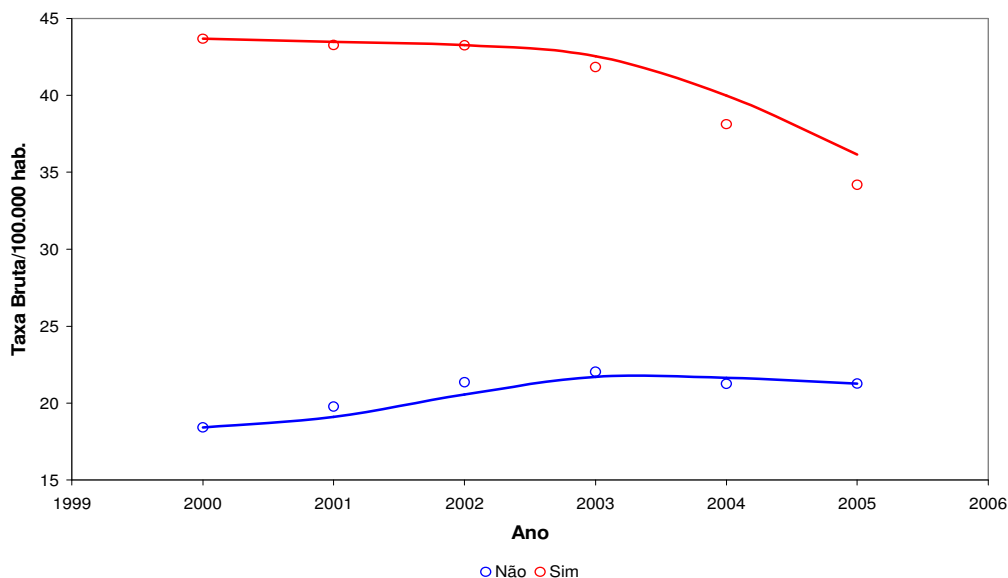
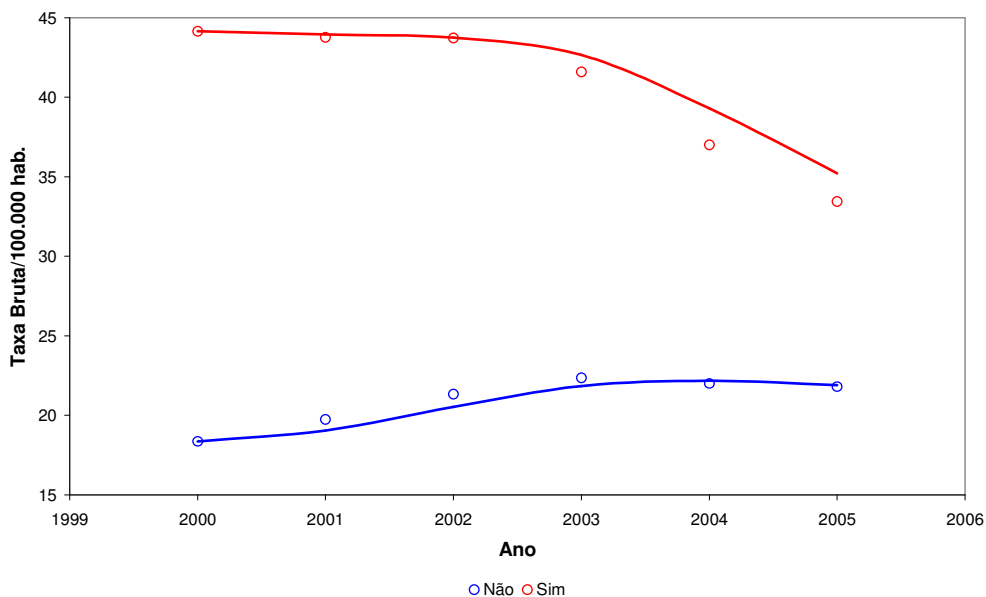


Figura 5 - Risco de homicídio nos municípios segundo incremento da estrutura de segurança. Brasil - 2000 a 2005.



Fonte: CGIAE/DASIS-SVS

Em relação ao contexto nacional, O risco de homicídio aumentou significativamente no período de 2000 a 2005 nos municípios que **não** receberam recursos ou nos municípios que **não** tiveram incremento na segurança, o aumento foi de 2,81/100.000 hab. e 2,88/100.000 hab. respectivamente (Tabela 8). Nos municípios que **receberam** recursos financeiros houve redução média nas taxas de mortalidade por agressão de 2000 para 2005 de 2,94/100.000 hab, porém essa redução não foi significativa, enquanto que nos municípios que **tiveram** incremento na segurança a taxa de mortalidade por agressão de 2000 a 2005 **reduziu significativamente** em média 3,83/100.000 hab (Tabela 8). A análise estatística dos dados evidenciou que a existência dessa estrutura foi mais importante que o repasse de recursos na determinação da redução do risco de homicídios. A relação desta redução com repasse de recursos não foi estatisticamente significativa, enquanto que a

relação com a existência da estrutura de segurança pública foi estatisticamente significativa.

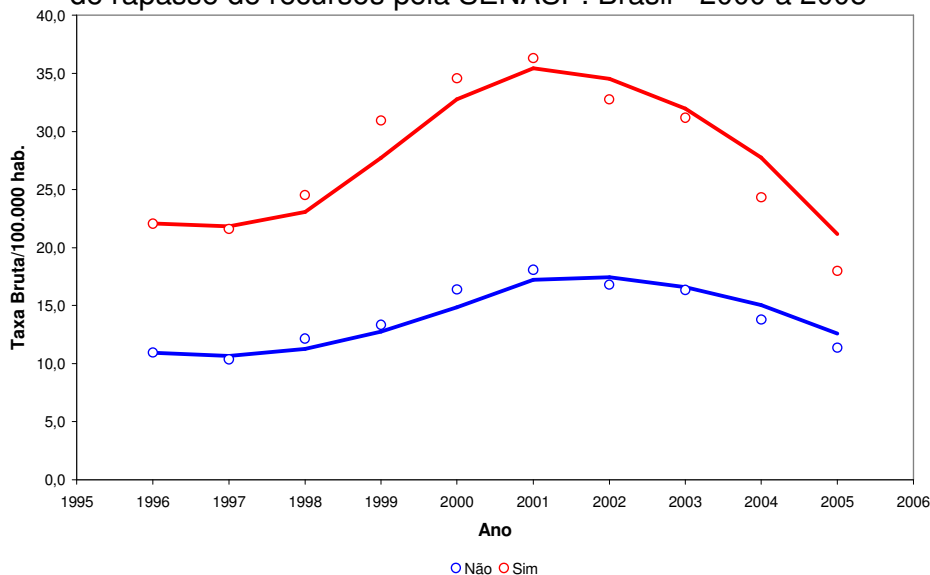
Tabela 8 - Redução média do risco de homicídio nos municípios segundo repasse de recursos financeiros e incremento de segurança. Brasil - 2000 a 2005.

Intervenção	Estimativa	Erro Padrão	Valor t	GL	p
2000 a 2005 sem recursos	-2,81	0,33	-7,89	28000	<0,001
2000 a 2005 com recursos	2,94	2,00	1,37	28000	0,141
2000 a 2005 sem incremento	-2,88	0,33	-8,03	28000	<0,001
2000 a 2005 com incremento	3,83	1,79	1,99	28000	0,033

Fonte: CGIAE/DASIS/SVS-MS e SENASP-MJ

Por outro lado, a mesma análise elaborada para os municípios do estado de São Paulo evidenciou a existência nesta região de uma relação estatisticamente significativa para os dois fatores analisados em relação a redução dos homicídios. (Tabela 9) Tanto o investimento da SENASP quanto a existência da estrutura municipal para atuar na área de segurança pública tiveram impacto significativo na redução dos homicídios. Cabe destacar que o contexto do estado de São Paulo se diferencia do restante do Brasil por duas questões. Primeiro, é o estado que concentra os municípios com maior população no Brasil e, como vimos, também os municípios com pior situação em relação a incidência de homicídios. Por outro lado, justamente por concentrar os municípios com pior situação, a SENASP concentrou o repasse de recursos para municípios no estado de São Paulo, sendo 47% do total de recursos repassados entre 2003 e 2006. São Paulo foi também o sexto estado com maior valor de recursos repassados por município (R\$ 547,731,00).

Figura 6 - Risco de homicídio nos municípios de São Paulo segundo existência de repasse de recursos pela SENASP. Brasil - 2000 a 2005



Fonte: CGIAE/DASIS/SVS-MS e SENASP-MJ

Tabela 9. Redução média das taxas brutas de mortalidade nos municípios de São Paulo nos anos de 2001 a 2005 segundo recebimento de recursos e incremento de segurança.

Intervenção	Estimativa	Erro Padrão	Valor t	GL	p
2001 a 2005 com recursos	-17,55	1,61	10,91	5785	<0,001

2001 a 2005 não recursos	8,35	2,04	4,10	5785	<0,001
2001 a 2005 com incremento	-15,43	1,32	11,66	5785	<0,001
2001 a 2005 não incremento	7,78	1,58	4,92	5785	<0,001

Fonte: SIM - SVS/MS e SEANSP/MJ

CONCLUSÕES

A incidência de homicídios vinha crescendo continuamente no Brasil desde o início da década de 1980. No ano de 2003, o Brasil alcançou o maior risco de homicídio. Com aumento maior que a população do período, o risco de homicídio dobrou entre 1980 e 2003. O homicídio é a terceira causa de morte para homens atingindo especialmente o homem jovem. Leva mais à mortalidade dos homens do que diversos tipos de câncer, doenças respiratórias, infecciosas e acidentes de trânsito.

A primeira variação negativa no número de homicídios no Brasil, desde 1992, ocorreu no ano de 2004. Este fator está associado principalmente a redução de óbitos por arma de fogo. A queda destes óbitos em termos de número de casos foi de 12% em relação a 2003. Por outro lado, a redução do risco foi de 18%. A diferença entre os óbitos observados e os esperados foi de 24% entre 2003 e 2006. O impacto foi da ordem 23.961 vidas poupadas nos anos de 2004, 2005 e 2006.

A redução do risco de morte por arma de fogo foi diferente para estados e municípios. Por exemplo, o município do Rio de Janeiro apresentou redução de 17,5% enquanto que no estado o risco reduziu 7,7%. Já Alagoas apresentou tendência oposta com risco maior para Maceió, com aumento do risco nos últimos anos. Chama à atenção a queda importante dos óbitos por arma de fogo em São Paulo, estado e capital e o aumento dos óbitos no Amazonas, Alagoas e Pará e suas capitais. No Sul do país, o Paraná foi o estado com maior aumento no risco.

A tendência da incidência de homicídios em cidades com mais de 100 mil habitantes é de declínio desde 2003, mas o risco de morte ainda é maior que nas cidades menores. O risco de homicídio nas cidades com até 100 mil habitantes era de crescimento até 2003 e depois estabilizou.

As principais causas identificadas para esta redução envolvem esforços e ações realizadas nas diversas esferas de governo, nas organizações não governamentais e na sociedade como um todo. A violência hoje é uma preocupação de todos. O estatuto do desarmamento e o recolhimento de armas foram importantes por conseguirem sintetizar uma série de iniciativas e movimentos, servindo como um marcador de intervenção ampla. Os investimentos em segurança pública, tanto da União, por meio da SENASP, quanto por estados e municípios, tiveram o papel de estimular o desenvolvimento de estruturas de segurança pública e de projetos locais para o enfrentamento da violência, induzindo políticas locais. Foi dada ênfase para ações de prevenção da violência em municípios e criação, pelos municípios, de estrutura dedicada à segurança pública (guarda municipal, secretaria municipal e conselho de segurança pública). Além disso, destacam-se a mobilização da sociedade, os esforços de diversas organizações e de movimentos comunitários. A área da saúde tem incentivado o desenvolvimento de projetos para o enfrentamento da violência, como a criação de núcleos de prevenção da violência nos municípios, realização de pesquisas sobre impacto na saúde, ocorrência, estudos das tendências e monitoramento etc.